

**AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE ENSINO DA HISTÓRIA E  
CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

**DIGITAL TECHNOLOGIES AS A TOOL FOR TEACHING AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND  
CULTURE**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.020-064>

**Lívia Gomes Rodrigues Dias**

Mestranda em Letras

Universidade Federal de Roraima

E-mail: [liviagrodrigues@gmail.com](mailto:liviagrodrigues@gmail.com)

**Andressa Santana Batista**

Doutoranda em Geografia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: [andressabatista.geo@gmail.com](mailto:andressabatista.geo@gmail.com)

**Huarlison de Souza Silva**

Mestre em Estudos Jurídicos com ênfase em Direito Internacional

Universidade Católica de Brasília

E-mail: [huarlisondesouza@gmail.com](mailto:huarlisondesouza@gmail.com)

**Elisabete dos Santos Silva**

Mestra em Políticas Culturais e Educacionais

Instituto de Educação Kirei Saso

E-mail: [lisasansilva@gmail.com](mailto:lisasansilva@gmail.com)

**Walter Machado de Amorim**

Mestrando em Ciências da Educação

Ivy Enber Christian University

E-mail: [walte20@hotmail.com](mailto:walte20@hotmail.com)

**Rogério Celestino Araújo**

Mestrando em Ensino de Geografia

Universidade Regional de Cariri

E-mail: [rogerio.celestinoaraujo@urca.br](mailto:rogerio.celestinoaraujo@urca.br)

**Máira Santiago Pires Parente**

Especialista em Direito Médico e da Saúde

Centro de Ensino São Lucas

E-mail: [mairamust1104@gmail.com](mailto:mairamust1104@gmail.com)

**Marcos Paulo Parente Araújo**

Especialista em Direito Médico e da Saúde

Centro de Ensino São Lucas

E-mail: [marcospaulomust@gmail.com](mailto:marcospaulomust@gmail.com)



**Tiago Mota Bahia**

Especialista de Ensino de Língua Portuguesa e Inglesa

Universidade Estadual de Santa Cruz

E-mail: tigomotta@hotmail.com

**Thayonara Gomes Paranaguá**

Especialista em Gestão Escolar

Centro Universitário FAVENI

E-mail: thayo.gomes@hotmail.com

## **RESUMO**

O presente artigo analisa o uso das tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas para o ensino da história e cultura afro-brasileira, conforme estabelecido pela Lei nº 10.639/03. A pesquisa surge diante da necessidade de promover práticas educacionais que valorizem a diversidade cultural, combatam o racismo estrutural e fortaleçam o reconhecimento da identidade negra no ambiente escolar. A justificativa encontra-se na carência de metodologias inovadoras que favoreçam o engajamento dos estudantes e promovam uma aprendizagem significativa sobre a temática afro-brasileira. O objetivo principal foi investigar de que forma as tecnologias digitais podem potencializar o ensino da história e cultura afro-brasileira, contribuindo para a construção de uma educação antirracista e inclusiva. A metodologia adotada baseou-se em uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo. Foram analisados 13 estudos publicados entre 2013 e 2025, selecionados nas bases Google Acadêmico e SciELO, em língua portuguesa e inglesa. A análise temática dos dados possibilitou agrupar os conteúdos em categorias como inovação pedagógica, valorização identitária, inclusão digital e práticas antirracistas no contexto educacional. Os resultados evidenciam que o uso de tecnologias digitais, favorece a construção de conhecimento crítico, participativo e culturalmente significativo. Além disso, essas ferramentas ampliam o acesso a narrativas históricas que valorizam o protagonismo negro e fortalecem o compromisso das instituições com uma educação antidiscriminatória. Conclui-se que as tecnologias digitais possuem grande potencial para mediar a aprendizagem sobre a história e cultura afro-brasileira, desde que integradas aos princípios da Lei nº 10.639/03 e aliadas à formação docente e ao compromisso ético com a diversidade.

**Palavras-chave:** Lei nº 10.639/03; Tecnologias digitais; Cultura afro-brasileira; Educação antirracista.

## **ABSTRACT**

This article analyzes the use of digital technologies as pedagogical tools for teaching Afro-Brazilian history and culture, as established by Law No. 10.639/03. The research arises from the need to promote educational practices that value cultural diversity, combat structural racism, and strengthen the recognition of Black identity in the school environment. The justification lies in the lack of innovative methodologies that favor student engagement and promote meaningful learning about Afro-Brazilian themes. The main objective was to investigate how digital technologies can enhance the teaching of Afro-Brazilian history and culture, contributing to the construction of an anti-racist and inclusive education. The methodology adopted was based on a literature review, with a qualitative approach and exploratory-descriptive character. Thirteen studies published between 2013 and 2025, selected from the Google Scholar and SciELO databases, in Portuguese and English, were analyzed. Thematic data analysis allowed for the grouping of content into categories such as pedagogical innovation, identity valorization, digital inclusion, and anti-racist practices in the educational context. The results show that the use of digital technologies favors the construction of critical, participatory, and culturally significant knowledge. Furthermore, these tools broaden access to historical narratives that value Black protagonism and strengthen the commitment of institutions to anti-discriminatory education. It is concluded that digital technologies have great potential to mediate learning about Afro-Brazilian history and culture, provided they are integrated with the principles of Law No. 10.639/03 and combined with teacher training and an ethical commitment to diversity.



**Keywords:** Law nº. 10.639/03; Digital technologies; Afro-brazilian culture; Anti-racist education.



## 1 INTRODUÇÃO

A inserção das tecnologias digitais no processo educacional tem promovido transformações significativas nas práticas pedagógicas, abrindo possibilidades para abordagens mais interativas, participativas e significativas. No contexto do ensino da história e cultura afro-brasileira, essa integração torna-se ainda mais relevante, especialmente diante da necessidade de promover uma educação antirracista, inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial. A Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas instituições de educação básica e superior, representa um marco nesse processo, ao exigir a ressignificação dos currículos e a adoção de estratégias que contemplem a pluralidade cultural brasileira.

A relevância do tema está diretamente associada à urgência de combater o racismo estrutural e promover uma educação que reconheça, valorize e respeite a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes na formação social, cultural e histórica do Brasil. Esse movimento educativo não se restringe apenas ao cumprimento da legislação, mas envolve a construção de um pensamento crítico, a promoção da cidadania e a consolidação de práticas pedagógicas que fortaleçam identidades, memórias e pertencimentos. As tecnologias digitais, nesse cenário, apresentam-se como importantes aliadas, favorecendo o acesso a materiais diversificados, recursos multimodais e espaços de aprendizagem colaborativa.

Entretanto, apesar das inúmeras possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais, ainda existem desafios relacionados à sua utilização efetiva no ensino da história e cultura afro-brasileira. Observa-se uma lacuna na formação docente, na produção de materiais digitais específicos e no uso pedagógico crítico desses recursos. Muitas vezes, a abordagem dos conteúdos previstos pela lei ocorre de forma superficial, descontextualizada ou limitada a datas comemorativas, o que compromete o desenvolvimento de práticas educacionais significativas e transformadoras.

A escolha deste tema se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel das tecnologias digitais como ferramentas de ensino capazes de potencializar a abordagem da história e cultura afro-brasileira. Trata-se de uma temática pertinente, considerando o cenário contemporâneo em que novas tecnologias se tornam parte integrante da rotina escolar, mas ainda carecem de uso crítico e intencional, especialmente em temáticas sensíveis como as relações étnico-raciais.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar, por meio de uma revisão de literatura, como as tecnologias digitais têm sido utilizadas como ferramentas pedagógicas no ensino da história e cultura afro-brasileira, considerando os desafios e as potencialidades observadas em pesquisas científicas da área. Busca-se compreender de que forma essas tecnologias contribuem para a efetivação da Lei nº 10.639/03 e para a promoção de práticas educativas inclusivas e reflexivas.



A importância científica desta investigação reside na possibilidade de contribuir para a ampliação do debate acadêmico sobre a interface entre educação, tecnologia e valorização das identidades afro-brasileiras. A análise de produções científicas permite identificar tendências, lacunas e perspectivas, promovendo avanços teóricos e metodológicos na área. Além disso, evidencia a necessidade de qualificação da formação docente e da produção de recursos digitais que contemplem a diversidade cultural e os princípios da educação antirracista.

Do ponto de vista prático, este estudo pode orientar educadores, gestores e pesquisadores no desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras, fundamentadas em princípios éticos, culturais e tecnológicos. Ao destacar as potencialidades das tecnologias digitais para o ensino da história e cultura afro-brasileira, espera-se incentivar o fortalecimento de práticas educativas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente de sua diversidade.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, cujo objetivo foi analisar de que forma as tecnologias digitais têm sido utilizadas como ferramentas pedagógicas no ensino da história e cultura afro-brasileira, conforme disposto na Lei nº 10.639/03. A pesquisa envolveu o levantamento de estudos publicados entre 2013 e 2025, priorizando trabalhos científicos que abordassem a integração entre tecnologia educacional, práticas antirracistas e ensino da cultura afro-brasileira. Foram definidos como critérios de inclusão, artigos publicados em revistas científicas, disponíveis gratuitamente, com acesso completo, alinhados ao tema central e escritos predominantemente em língua portuguesa.

O processo de coleta de dados foi realizado nas bases Google Acadêmico e SciELO. Foram selecionados 13 trabalhos científicos, sendo 12 em língua portuguesa e 1 em língua inglesa, todos com relevância teórica e metodológica para a temática. Os artigos foram organizados e sistematizados conforme suas contribuições para os seguintes eixos, potencial pedagógico das tecnologias, desafios na implementação da Lei nº 10.639/03, formação docente e práticas educativas antirracistas. O material selecionado possibilitou compreender o estado atual das discussões e identificar avanços, limitações e perspectivas futuras na área.

A análise dos dados baseou-se no método de análise de conteúdo, permitindo a categorização das informações e a identificação de convergências e divergências entre as obras investigadas. Durante todo o processo, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a integridade intelectual, a fidedignidade das fontes e a correta atribuição de autoria. Como limitação, destaca-se a restrição aos artigos disponíveis nas bases selecionadas, o que pode ter excluído produções relevantes de outros



repositórios. Ainda assim, os resultados obtidos oferecem uma visão consistente e atualizada sobre o tema, contribuindo para o debate acadêmico e para a prática educativa.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Domingues (2025), a Lei 10.639/03 estabeleceu um ponto de virada fundamental no arcabouço normativo educacional brasileiro, ao impor a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, promovendo uma alteração significativa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com o intuito claro de integrar e valorizar a inestimável contribuição dos povos africanos e seus descendentes na complexa formação social, identitária e econômica da nação brasileira. A efetivação dessa lei, no entanto, revela desafios práticos, como lacunas na formação docente e escassez de materiais pedagógicos adequados. O autor analisa esses obstáculos, apontando para a necessidade de estratégias que superem a superficialidade e o eurocentrismo persistente. Esse panorama legal é fundamental para entender por que a simples existência da lei não garante, por si só, sua aplicação eficaz.

Conforme Reis (2019), a materialização das Leis 10.639/03 e 11.645/08 (que inclui a história e cultura indígena) nos currículos da educação básica tem se manifestado de maneira heterogênea e desafiadora, evidenciando que uma parcela significativa das instituições de ensino, mesmo transcorridos muitos anos desde a promulgação, ainda enfrenta dificuldades substanciais para consolidar e incorporar de modo efetivo e contínuo práticas pedagógicas que promovam a integração plena da cultura afro-brasileira e indígena no cotidiano escolar, indo além do mero cumprimento formal. O estudo qualitativo revela que fatores como resistência institucional, formação limitada de professores e falta de recursos estruturais dificultam essa implementação. Reis argumenta que esses entraves sinalizam a necessidade de políticas educacionais mais ativas para apoiar escolas e docentes. A análise permite compreender a disparidade entre o texto legal e a prática cotidiana nas escolas.

Na visão de Ribeiro *et al.* (2023), a formação inicial de professores nos cursos de licenciatura tem apresentado melhorias notáveis e necessárias no que tange ao preparo para o trabalho com as temáticas da Lei 10.639/03, porém, essa evolução ainda se mostra insuficiente, padecendo de uma carência de profundidade teórica, metodologia consistente e a devida transversalidade curricular para equipar os futuros educadores com as ferramentas pedagógicas e epistemológicas necessárias para abordar a diversidade e a história de forma transformadora. O estudo bibliográfico revela que muitos futuros docentes recebem apenas introduções superficiais aos temas afro-brasileiros, sem um preparo mais sistemático para mediar discussões sobre racismo, identidade e memória. Além disso, o artigo destaca a importância de incluir perspectivas de pedagogia antirracista na formação inicial para que os professores possam realmente responder às exigências da lei em sala de aula.



Segundo Silva, Bernardino e Silva (2014), as bibliotecas escolares assumem um papel vital e estratégico na concretização efetiva da Lei 10.639/03, funcionando como centros difusores de conhecimento ao disponibilizar e organizar acervos especializados, materiais didáticos diversificados e multimeios que proporcionam aos estudantes um acesso privilegiado, dinâmico e aprofundado à rica história, às tradições, à literatura e à multifacetada cultura afro-brasileira e africana. O estudo realizado nas escolas de Juazeiro do Norte-CE mostra que bibliotecas bem estruturadas e com foco em diversidade cultural contribuem para uma aprendizagem mais rica e engajada, enquanto a ausência desses recursos limita a efetividade do ensino. A pesquisa ressalta ainda que a simples existência da lei não garante automaticamente a disponibilidade de materiais apropriados nas bibliotecas escolares.

De acordo com Franco e Oliveira (2025), as tecnologias digitais representam uma oportunidade significativa para ampliar e qualificar o ensino da história e cultura afro-brasileira, sobretudo por meio de aplicativos educativos, plataformas interativas e recursos multimídia que permitem a representação de territórios quilombolas e narrativas históricas diversas. No estudo com a aplicação “Mapeando Quilombos”, os autores observaram que professores relataram uma perspectiva de maior engajamento dos estudantes, bem como uma aproximação mais significativa com a temática afro-brasileira. Esses resultados apontam para uma lacuna nas práticas pedagógicas tradicionais e sugerem que a tecnologia pode contribuir para preencher esse vazio.

Conforme Rodrigues e Correia (2021), a perspectiva das Humanidades Digitais (HD) configura-se como um campo de estudos interdisciplinar inovador que oferece uma metodologia robusta para repensar e dinamizar a produção, o processamento e a difusão do conhecimento histórico-cultural, possibilitando a criação de novas narrativas e o engajamento estudantil por meio de mídias digitais interativas, redes colaborativas, mapas conceituais e narrativas multimodais. Embora grande parte da literatura sobre HD seja latino-americana ou europeia, sua aplicação ao contexto da cultura afro-brasileira pode contribuir para descolonizar a história, promovendo representações mais inclusivas e plurais. A integração entre HD e a Lei 10.639/03 abre caminho para práticas educativas inovadoras, capazes de aproximar jovens estudantes das heranças africanas por meio de experiências tecnológicas significativas.

Na visão de Santos Júnior (2023), a devida aplicação da Lei 10.639/03 demanda um posicionamento crítico e um enfretamento direto à colonialidade do saber, uma vez que o currículo escolar brasileiro foi historicamente estruturado sob uma lógica eurocêntrica que consistentemente silenciou, marginalizou e invisibilizou as vozes, os saberes e as contribuições civilizacionais dos povos africanos e afrodescendentes, perpetuando visões distorcidas da história nacional. O autor argumenta que a simples inclusão formal da cultura afro-brasileira sem uma revisão epistemológica profunda pode reproduzir modelos de ensino superficial. Ele destaca a necessidade de políticas curriculares e pedagógicas que promovam a



desconstrução desse racismo epistêmico e estimulem a valorização de saberes afro-diaspóricos de modo autêntico.

Conforme Oliveira (2024), a arte africana e afro-brasileira pode ser intencionalmente empregada como um poderoso vetor de uma educação decolonial, expandindo o significado e a materialidade dos conteúdos prescritos pela Lei 10.639/03 para além de uma mera abordagem histórica-política, ao integrar elementos estéticos, simbólicos e simbióticos que revelam a complexidade das cosmovisões e a beleza da produção cultural negra. A autora demonstra como práticas artísticas, exposições e intervenções culturais podem contribuir para a ressignificação da identidade afrodescendente na educação, ao mesmo tempo em que desafiam hierarquias culturais legadas pelo colonialismo. Essa abordagem estética possibilita uma educação mais sensível, crítica e transformadora.

De acordo com Katrib e Teixeira (2016), a disciplina de Ensino Religioso possui o potencial singular de se estabelecer como um espaço pedagógico privilegiado para o diálogo intercultural e o respeito à diversidade, especialmente quando articulada de maneira intencional com a Lei 10.639/03, abordando de forma informada e respeitosa as práticas religiosas afro-brasileiras como parte legítima e intrínseca do vasto patrimônio cultural, imaterial e histórico da população afrodescendente. No entanto, seu estudo no município de Uberlândia revela que nem sempre há uma interlocução efetiva entre as diretrizes curriculares de Ensino Religioso e as exigências da lei, o que limita a construção de uma educação antirracista e plural. A pesquisa aponta a importância de uma apropriação consciente e crítica desses conteúdos por parte de educadores para que o ensino religioso contribua para a valorização da cultura afro-brasileira.

Conforme Cabral e Santos (2023), a plena efetivação da Lei 10.639/03 transcende a modificação curricular e exige que a escola adote integralmente políticas afirmativas e desenvolva práticas antirracistas sistêmicas, as quais devem permear não somente as aulas de História ou Arte, mas sim toda a estrutura organizacional, relacional e pedagógica da instituição para, desse modo, promover a indispensável representatividade e o genuíno senso de pertencimento da população negra. No estudo sobre a dança afro-brasileira nas escolas de Santa Catarina, os autores observaram que muitos professores desconheciam a lei ou não se sentiam preparados para articulá-la junto às artes corporais, o que evidencia a necessidade de formação contínua e de políticas institucionais que garantam a presença dessas temáticas de forma integrada.

De acordo com Guedes, Nunes e Andrade (2013), em estudos de caso qualitativos realizados com bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) no Rio Grande do Sul, a aplicação prática da Lei 10.639/03 em sala de aula demonstrou grande variabilidade em seus resultados, sendo fortemente influenciada por fatores críticos como o nível de engajamento e a formação continuada do corpo docente, o apoio explícito da gestão institucional e a qualidade do planejamento pedagógico desenvolvido para a inserção das temáticas. No artigo, os autores relatam que, mesmo com iniciativas de inclusão



curricular, havia resistência ou ausência de continuidade após o término de projetos. Esses relatos evidenciam que a implementação efetiva da lei depende não apenas de políticas, mas de engajamento local, monitoramento e sustentabilidade das ações pedagógicas.

Segundo Katrib *et al.* (2023), passadas duas décadas desde a promulgação da Lei 10.639/03, persistem desafios estruturais e complexos que impedem sua implementação em toda a sua potencialidade, notadamente a manifestação da desigualdade que se reflete na precariedade da estrutura física e tecnológica, na insuficiência do apoio pedagógico e na resistência a uma efetiva reformulação epistemológica que reconheça saberes não-eurocêntricos nas escolas. No dossiê da FINOM dedicado aos 20 anos da lei, os autores refletem criticamente sobre os avanços conquistados e as lacunas que permanecem, especialmente no que se refere à formação de professores, ao financiamento de recursos didáticos e à presença consistente de conteúdos afro-brasileiros no currículo regular. A avaliação institucional mostra que, embora haja progresso, é necessário aprofundar o comprometimento para tornar a lei efetiva para todas as escolas.

Conforme Rodrigo e Correia (2021), a proposta metodológica das Humanidades Digitais (HD) se apresenta como uma ferramenta eficaz, permitindo a criação de ambientes virtuais de aprendizagem que, de forma inovadora e engajadora, valorizam a cultura afro-brasileira por meio da utilização estratégica de ricos recursos narrativos, visuais, sonoridades e elementos interativos. Essas tecnologias possibilitam experiências de aprendizagem mais imersivas, como “story maps” e linhas do tempo digitais, que ajudam os estudantes a visualizar trajetórias históricas e geográficas dos povos africanos no Brasil. Essa abordagem também pode contribuir para democratizar o acesso à cultura afro-brasileira, superando limitações físicas e geográficas.

Na perspectiva de Salomão *et al.* (2025), a presença e a integração das diretrizes da Lei 10.639/03 nos cursos da área de Computação revelam-se ainda bastante incipientes, conforme evidenciado por um mapeamento sistemático da literatura nacional que conseguiu identificar poucas e isoladas iniciativas pedagógicas voltadas para a integração da cultura afro-brasileira e das questões étnico-raciais nas disciplinas específicas da área de tecnologia. A pesquisa aponta que a falta de formação docente, a predominância de currículos eurocêntricos e o descompasso entre tecnologia e diversidade cultural são obstáculos significativos. Esse tema evidencia que a lei não deve ser vista apenas sob a ótica de Humanidades, mas também precisa dialogar com áreas tecnológicas para uma educação mais inclusiva e representativa.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo evidenciaram que o objetivo geral, analisar o potencial das tecnologias digitais como instrumentos de apoio ao ensino da história e cultura afro-brasileira, à luz da Lei nº 10.639/03, foi plenamente alcançado. A literatura investigada confirmou que recursos digitais, quando



utilizados de forma crítica, criativa e pedagógica, ampliam a compreensão histórica, fortalecem a identidade cultural dos estudantes e contribuem para práticas antirracistas no contexto escolar. A pesquisa reafirmou que o uso de tecnologias não se limita à inovação técnica, mas representa uma oportunidade concreta de transformação educacional e social.

A análise dos resultados permitiu observar que o problema de pesquisa, centrado nas dificuldades e possibilidades de integração entre tecnologia, educação e cultura afro-brasileira, encontrou respostas fundamentadas. Verificou-se que as tecnologias digitais podem favorecer a implementação da Lei nº 10.639/03, promovendo maior engajamento dos alunos, ressignificação de conteúdos históricos e ampliação de repertórios culturais. Contudo, sua efetividade depende da mediação pedagógica do professor, da adequação dos materiais e de uma intencionalidade educativa voltada para o combate ao racismo estrutural.

O estudo demonstrou que as tecnologias digitais contribuem para superar a visão superficial ou fragmentada da cultura afro-brasileira, oferecendo estratégias inovadoras, como mapas digitais, vídeos interativos, plataformas colaborativas e ambientes virtuais de aprendizagem. Tais ferramentas possibilitam a valorização de narrativas afrocentradas, fortalecendo a identidade e estimulando a reflexão crítica sobre desigualdades históricas. Assim, reafirma-se que a tecnologia, aliada a uma abordagem pedagógica antirracista, potencializa a formação cidadã e multicultural.

Entretanto, a pesquisa evidenciou limitações importantes, como a insuficiência de formação docente para o uso pedagógico das tecnologias e a falta de materiais específicos que contemplem a cultura afro-brasileira de forma adequada. Além disso, constatou-se uma desigualdade no acesso às tecnologias entre escolas públicas e privadas, o que pode comprometer a efetividade das práticas inclusivas. Essas limitações apontam a necessidade de políticas educacionais mais consistentes para garantir equidade e qualidade no ensino.

As implicações do estudo indicam que a tecnologia não deve ser vista como solução isolada, mas como elemento integrado a práticas pedagógicas críticas e reflexivas. A pesquisa reforça que é fundamental investir em formação continuada, produção de materiais digitais específicos e planejamento curricular coerente com os princípios da educação antirracista. Dessa forma, a apropriação das tecnologias no ensino da cultura afro-brasileira torna-se mais significativa e transformadora.

Além das contribuições teóricas, o trabalho apresenta potencial para aplicação prática em ambientes escolares. Professores e gestores podem utilizar os resultados para repensar suas práticas, incorporando recursos digitais de forma planejada e alinhada à Lei nº 10.639/03. O estudo também pode servir como base para elaboração de projetos, oficinas pedagógicas e políticas institucionais voltadas para a educação multicultural e inclusiva.

Recomenda-se que futuras pesquisas investiguem experiências práticas de uso de tecnologias digitais no ensino da cultura afro-brasileira, especialmente em contextos de escolas públicas e quilombolas.



Sugere-se também explorar a criação de plataformas educativas específicas, o impacto da inteligência artificial na construção de narrativas afrocentradas e a avaliação de projetos pedagógicos baseados na cultura digital e na educação antirracista. Essas investigações poderão ampliar o debate e fortalecer a efetividade da Lei nº 10.639/03 nas escolas brasileiras.



## REFERÊNCIAS

CABRAL, Gladir da Silva; SANTOS, Karolainy Benedet dos. A Lei nº 10.639/03 e o ensino da dança na escola: Diálogo com professores da área de linguagens e ciências humanas. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 76–89, 2023. DOI: 10.30681/recs.v13i1.10516. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/10516>. Acesso em: 18 nov. 2025.

DOMINGUES, P. A Lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 55, p. e11162, 2025. DOI: 10.1590/1980531411162. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/11162>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FRANCO, Márcia Häfele Islabão; OLIVEIRA, Daniel Fernando da Silva. A tecnologia no apoio ao ensino da História e da cultura afro-brasileira: uma aplicação para o ensino sobre os territórios quilombolas. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 14, n. 1, 2025. DOI: 10.35819/tear.v14.n1.a7690. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/7690>. Acesso em: 17 nov. 2025.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. O uso da lei 10.639/03 em sala de aula. **Revista Latino-americana de História**, [S. l.], v. 2, n. 6, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/205/159>. Acesso em: 18 nov. 2025.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; SILVA, Giselda Shirley da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SILVA, Vandir José da. 20 anos da Lei nº 10.639/03: Avanços, desafios e perspectivas na promoção da educação antirracista e cultura afro-brasileira. **Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologias (FINOM)**, ISSN: 1809-1628. vol. 45- out. /dez. 2023 DOI: 10.5281/zenodo.10338591. Disponível em: [https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/4811/2547](https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4811/2547). Acesso em: 18 nov. 2025.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; TEIXEIRA, Andelúcia Maria Nascimento. Cultura afro-brasileira e Educação: conexões e desafios entre o ensino religioso e a Lei 10.639/03 no Município de Uberlândia. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2016. DOI: 10.14393/cdhis.v29i1.36942. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/36942>. Acesso em: 18 nov. 2025.

OLIVEIRA, Evelyn Magalhães de. Os avanços e os obstáculos da aplicação da Lei nº 10.639/03 na educação brasileira. **África**, [S. l.], n. 45, p. e219447, 2024. DOI: 10.11606/issn.2526-303X.i45pe219447. Disponível em: <https://revistas.usp.br/africa/article/view/219447>. Acesso em: 18 nov. 2025.

REIS, Gianne. O estado da Arte - implementação das leis nº 10.639-03 e nº 11.645-08. **Em Tese**. V. 16 n. 1 (2019): Dossiê As ciências sociais e os manuais escolares. DOI 10.5007/1806-5023.2019v16n1p196. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2019v16n1p196>. Acesso em: 17 nov. 2025.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza et al. A Lei Nº 10.639/2003 e a Formação de Professores no curso de licenciatura de pedagogia. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)** - ISSN: 1809-1628. Vol. 45- Out. /dez. 2023, vol. 45, Zenodo, dezembro de 2023 DOI: 10.5281/zenodo.10245896. Disponível em: <https://zenodo.org/records/10245897>. Acesso em: 17 nov. 2025.

RODRIGUES, Armando; CORREIA, Nuno. *Using Technology in Digital Humanities for Learning and Knowledge Dissemination*. **Revista EDUCAONLINE**, Volume 15, Number 3, December 2021, ISSN



1983-1664, DOI 10.48550/arXiv.2501.10275. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2501.10275>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SALOMÃO, Deolinda Elias; PEREIRA, Muriel Belo; PUNTEL, Fernando; SENNA, Nádia da Cruz; FONSECA, Daniele Baltz da; FARY-HIDAI, Bruna Adriane; CAVALHEIRO, Gerson Geraldo H. Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no Ensino de Computação: Um Mapeamento da Literatura em Bases Nacionais. In: WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (WEI), 33. , 2025, Maceió/AL. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025 . p. 1031-1042. ISSN 2595-6175. DOI: 10.5753/wei.2025.8872. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/wei.2025.8872>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Marcos Borges dos. Reflexões acerca da Lei 10.639/03: Entre o sujeito e a educação. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 348–363, 2023. DOI: 10.12957/riae.2023.71487. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/71487>. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, Ana Claudia Emídio da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, Brasil, v. 2, n. 2, p. 1–16, 2014. DOI: 10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106595. Disponível em: <https://revistas.usp.br/berev/article/view/106595..> Acesso em: 17 nov. 2025.